Demonstrações financeiras em 31 de março de 2019 e relatório do auditor independente





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas Usina Santo Antônio S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Usina Santo Antônio S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usina Santo Antônio S.A. em 31 de março de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais da Companhia.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 24 de junho de 2019

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5

Maurício Cardoso de Moraes

Contador CRC 1PRo35795/O-1 "T" SP

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., os balanços patrimoniais e as demonstrações de resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa da Usina Santo Antônio S.A., relativos aos exercícios findos em 31 de março de 2019 e de 2018, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e acompanhadas do parecer dos auditores independentes.

Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para as informações que se tornarem necessárias relativamente às contas apresentadas.

Sertãozinho, 24 de junho de 2019

Índice

Balanç	o patrimonial	2
Demoi	nstração do resultado	3
Demor	nstração do resultado abrangente	4
Demor	nstração das mutações do patrimônio líquido	5
Demor	nstração dos fluxos de caixa	6
Notas	explicativas da administração às demonstrações financeiras	
1	Contexto operacional	
2	Base de preparação	
3.	Mudanças nas políticas contábeis	
4.	Principais políticas contábeis	
5.	Determinação do valor justo	. 19
6.	Caixa e equivalentes de caixa	
7.	Contas a receber - Clientes	
8.	Contas a receber – Cooperativa	. 2
9.	Estoques	
10.	Ativos biológicos	
11.	Impostos a recuperar	.25
12.	Demais ativos	.25
13.	Ativos e passivos fiscais diferidos	.24
14.	Outras divulgações sobre o fluxo de caixa	24
15.	Investimentos	. 2
16.	Imobilizado	. 2
17.	Fornecedores	.28
18.	Empréstimos e financiamentos	.28
19.	Demais passivos	. 3
20.	Provisão para contingências	. 3
21.	Instrumentos financeiros	.32
22.	Partes relacionadas	.38
23.	Patrimônio líquido	.40
24.	Receita operacional	
25.	Despesas operacionais por natureza	
26.	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	.4:
27.	Financeiras e cambiais, líquidas	
28.	Compromissos de compra	
29.	Cobertura de seguros	
30.	Avais, fianças e garantias	.4

Balanço patrimonial em Em milhares de reais

Ativo	Nota	31/03/2019	31/03/2018	Passivo	Nota	31/03/2019	31/03/2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	126.692	107.083	Fornecedores	17	22.456	16.862
Títulos de capitalização	6	679	330	Empréstimos e financiamentos	18	81.981	104.559
Contas a receber - Clientes	7	40.530	26.606	Financiamentos Cooperativa	18	_	21.650
Contas a receber - Cooperativa	8	43.257	44.970	Impostos e contribuições a recolher		3.742	6.061
Estoques	9	28.828	25.349	Salários e contribuições sociais		12.826	12.693
Ativo biológico	10	65.542	57.083	Demais passivos	19	3.456	3.619
Adiantamentos a fornecedores		1.108	835		_		_
Impostos a recuperar	11	24.879	22.540		_	124.461	165.444
Demais ativos	12	6.978	4.225		_		_
				Não Circulante			
	_	338.493	289.021	Empréstimos e financiamentos	18	191.472	131.014
				Financiamentos Cooperativa	18	37.441	37.742
Não Circulante				Impostos e contribuições a recolher		237	237
Impostos a recuperar	11	24.899	19.868	Demais passivos	19	1.800	1.570
Depósitos judiciais		6.341	5.659	Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	18.512	9.740
Demais ativos	12	16.824	13.256	Provisão para contingências	20	1.500	1.500
Investimentos	15	99.618	93.323				
Imobilizado	16	253.763	234.240		-	250.962	181.803
	-	401.445	366.346	Total do passivo	_	375.423	347.247
				Patrimônio líquido	23		
				Capital social		292.533	237.098
				Reserva legal		16.711	13.786
				Dividendos a deliberar	_	55.271	57.236
				Total do patrimônio líquido	-	364.515	308.120
Total do ativo	_	739.938	655.367	Total do passivo e patrimônio líquido	=	739.938	655.367

Demonstração do resultado

Exercícios findos em Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	31/03/2019	31/03/2018
Receitas	24	505.317	514.614
Custos dos produtos vendidos		(392.091)	(373.657)
Lucro bruto		113.226	140.957
Receitas (despesas) operacionais			
Vendas	25	(18.178)	(19.871)
Administrativas e gerais	25	(27.971)	(22.529)
Outras despesas operacionais, líquidas	26	14.742	(3.458)
Resultado da equivalência patrimonial	15	11.801	15.299
Doculto do cutos do usculto do financeiro o impostos		02.620	110 200
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		93.620	110.398
Receitas financeiras		4.209	5.321
Despesas financeiras		(23.107)	(29.969)
Variação cambial, líquida		(43)	(22)
Financias a combinio Konida	07	(40.044)	(0.4.070)
Financeiras e cambiais, líquidas	27	(18.941)	(24.670)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		74.679	85.728
•			
Imposto de renda e contribuição social correntes		(7.419)	(15.728)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	(8.772)	(9.433)
Lucro líquido do exercício		E0 100	60 567
Lucro líquido do exercício		58.488	60.567
Quantidade de ações - em milhares		2.070	2.070
Lucro líquido por ação - R\$		28,26	29,26

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em Em milhares de reais

	31/03/2019	31/03/2018
Lucro líquido do exercício Outros resultados abrangentes	58.488 	60.567
Resultado abrangente total	58.488	60.567

Demonstração das mutações no patrimônio líquido Em milhares de reais

	Capital social	Reserva Legal	Dividendos a deliberar	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de março de 2017	215.114	10.758	21.984	-	247.856
Aumento de capital social conforme AGO/E de 28 de julho de 2017 Lucro líquido do exercício Destinações:	21.984 -	- -	(21.984)	- 60.567	- 60.567
Reserva legal Dividendos obrigatórios Dividendos a deliberar	- - -	3.028	- 57.236	(3.028) (303) (57.236)	- (303) -
Saldos em 31 de março de 2018	237.098	13.786	57.236	-	308.120
Aumento de capital social conforme AGO/E de 27 de julho de 2018 Dividendos complementares Lucro líquido do exercício Destinações: Reserva legal Dividendos obrigatórios Dividendos a deliberar	55.435 - - - - - -	- - - 2.924 - -	(55.435) (1.801) - - - - 55.271	58.488 (2.924) (292) (55.271)	(1.801) 58.488 - (292)
Saldos em 31 de março de 2019	292.533	16.711	55.271		364.515

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em

Em milhares de reais

	31/03/2019	31/03/2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais	74.070	05.700
Lucro do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	74.679	85.728
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	61.466	69.102
Resultado na baixa de ativo imobilizado	(901)	522 (15.299)
Resultado da equivalência patrimonial Mudança no valor justo de ativos biológicos	(11.801) (42.029)	(33.710)
Diminuição do ativo biológico devido a colheita de cana-de-açúcar	57.083	49.243
Juros e variações cambiais provisionados	18.236	22.882
Resultados com instrumentos financeiros derivativos	2.053	(764)
Constituição (reversão) de provisão para contingências	-	(1.344)
Variação de ativos e passivos		
Contas a receber	(12.211)	(9.234)
Estoques	(3.479)	(6.634)
Impostos a recuperar	(7.370)	(864)
Adiantamentos a fornecedores	(273)	3.294
Demais ativos Depósitos judiciais	(6.321) (682)	(823) (375)
E-positos juniciais Fornecedores	5.594	(9.566)
Impostos e contribuições a recolher	(1.030)	(1.928)
Salários e contribuições sociais	133	920
Demais passivos	844	(1.507)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	133.989	149.643
Juros pagos ou recebidos	(21.332)	(19.148)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(8.709)	(11.833)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	103.948	118.662
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativos biológicos	(23.513)	(23.373)
Aquisição de investimentos	(797) (77.445)	(3.545) (73.297)
Aquisição de ativo imobilizado Valor recebido na alienação de ativo imobilizado	2.038	1.104
Receipments de dividendos	6.302	8
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(93.414)	(99.103)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos bancários tomados	132.290	89.221
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - principal	(120.349)	(84.326)
Distribuição de dividendos	(2.866)	1.541
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	9.075	6.436
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	19.609	25.995
Demonstração do aumentono caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	107.083	81.088
No fim do exercício	126.692	107.083
	19.609	25.995

Durante o período a Companhia adquiriu ativo imobilizado ao custo total de R\$ 82.127, dos quais R\$ 4.682 foram conversões da dívida em instrumentos patrimoniais. Pagamentos em caixa de R\$ 77.445 foram feitos para aquisição de imobilizado.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Usina Santo Antônio S.A. ("Companhia"), com sede na Fazenda Santo Antônio, zona rural, cidade de Sertãozinho, Estado de São Paulo, Caixa Postal 536, tem como atividades as operações a seguir.

A Companhia é cooperada da Cooperativa dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo cujo ato cooperado entre as partes implica na entrega, imediata e definitiva, da produção de açúcar e etanol nos estabelecimentos da Cooperativa. O resultado da comercialização desses produtos, no mercado interno e externo, é rateado para cada cooperado, em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST n° 66, de 05 de setembro de 1986.

A Companhia atua na produção de levedura para comercialização, substancialmente no mercado externo.

Aproximadamente 39% da cana-de-açúcar processada e/ou comercializada pela Companhia é própria sendo cultivadas em terras próprias e de terceiros, mediante exploração de parceria agrícola.

A Companhia produz ainda cana-de-açúcar orgânica, sendo parte utilizada na produção própria, e parcela substancial é comercializada, em condições de mercado, para a parte relacionada Usina São Francisco S.A. para produção de acúcar e etanol orgânicos.

2 Base de preparação

(a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as políticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Sua emissão foi autorizada pela administração da Companhia em 24 de junho de 2019.

Um conjunto completo de demonstrações financeiras combinadas, que incluem a Companhia e suas controladas e coligadas para o exercício de 31 de março de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, são apresentadas separadamente considerando que as demonstrações financeiras combinadas refletem a posição financeira e patrimonial do Grupo Econômico Balbo. A apresentação dessas demonstrações financeiras combinadas atende os requerimentos do CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, consequentemente o Grupo Econômico optou por não apresentar demonstrações financeiras consolidadas no nível das entidades combinadas, sendo elas:

- Usina Santo Antônio S.A.;
- Usina São Francisco S.A.: e
- Usina Uberaba S.A.

(b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- Os ativos biológicos mensurados pelo valor justo deduzidos das despesas com vendas;
- Os investimentos em coligadas e controladas avaliados por equivalência patrimonial.

(c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$ mil), que é a moeda funcional da Companhia e de suas investidas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras está de acordo com os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") os quais exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações referentes ao uso de estimativas e julgamentos adotados e que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos na demonstração financeira da Companhia estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 4.5 (iii) Vida útil do ativo imobilizado
- Nota 21 Instrumentos financeiros

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 10 Ativos biológicos;
- Nota 13 Ativos e passivos fiscais diferidos;
- Nota 20 Provisão para contingências.

3. Mudanças nas políticas contábeis

3.1 As novas normas abaixo estão em vigor a partir de 1º de abril de 2018 e foram avaliadas pela Administração sobre seus impactos nas informações financeiras e divulgação.

CPC 47 - Receita de contratos com clientes (IFRS 15)

Essa nova norma estabelece uma estrutura abrangente em relação às receitas da Companhia para determinar quando e por quanto uma receita deve ser reconhecida. Este CPC substitui o CPC - 30 receitas, o CPC 17 – Contratos de Construção e eventuais interpretações relacionadas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A administração revisou seus contratos e transações com clientes e não identificou impactos relevantes da adoção da nova norma, uma vez que a Companhia já adota a forma de transferência do controle do bem prevista na norma. Especialmente quanto ao seu contrato com a Cooperativa de Produtores de Canade-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (Cooperativa), que representa 81% das receitas da Companhia e cuja relação atende ao disposto no Parecer Normativo 66, bem como na venda de cana-de-açúcar que representa 10% das receitas da Companhia, não houve qualquer impacto relevante pela adoção da norma. Quando a Companhia possui a responsabilidade por entregar a mercadoria no cliente, ela é considerada como entidade principal na obrigação de desempenho e o faz mediante contratação de terceiros para a operação. Em relação ao valor dos fretes, é procedimento da Companhia não incluir este como uma receita. Demais orientações descritas na norma não são aplicáveis às operações da Companhia e ocorrendo nova condição relativa às receitas, a Companhia divulgará os efeitos da aplicação da norma.

CPC 48 – Instrumentos financeiros (IFRS 9)

Esta nova norma mantém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 utilizados para a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

A administração revisou seus ativos e passivos financeiros e não identificou impactos na adoção da nova norma, uma vez reclassificações de critérios de ativos financeiros não impactaram nos valores descritos nas demonstrações financeiras. Em relação a vendas efetuadas diretamente pela Companhia, possuem prazo de vencimento inferior à 12 meses e não há aplicação de política formal de contabilidade de hedge.

O quadro a seguir demonstra as categorias de mensuração do CPC 38 (substituído) e as novas categorias de mensuração trazidas pelo CPC 48.

	Classificação		Valo	or
	CPC 38	CPC 48	CPC 38	CPC 48
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	Valor Justo	Valor Justo	126.692	126.692
Títulos de capitalização	Valor Justo	Valor Justo	679	679
Contas a receber - Clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	40.530	40.530
Contas a receber - Cooperativa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	43.257	43.257
Demais ativos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	23.802	23.802
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	6.341	6.341
		_	241.302	241.302
Passivos Financeiros				
Fornecedores	Custo amortizado	Custo amortizado	22.456	22.456
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Custo amortizado	273.453	273.453
Financiamentos - Cooperativa	Custo amortizado	Custo amortizado	37.441	37.441
Demais passivos	Custo amortizado	Custo amortizado	5.256	5.256
		-	338.606	338.606

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ICPC 21 – "Transações em moeda estrangeira"

No que se refere à interpretação ICPC 21 - "Transações em moeda estrangeira", que também entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018 e provê esclarecimentos sobre a data da transação a ser usada para conversão de adiantamentos feitos ou recebidos em transações em moeda estrangeira. A Companhia não possui saldos de adiantamentos em moeda estrangeira em 31 de março de 2019 e de 2018, não havendo, portanto, impactos decorrentes da adoção dessa interpretação.

Outras alterações em vigor não são relevantes para a Companhia.

3.2 As novas normas abaixo entrarão em vigor a partir de 1º de abril de 2019 e foi avaliada pela Administração sobre seu potencial impacto nas informações financeiras e sua divulgação.

CPC 06 (R2) - "Operações de Arrendamento Mercantil" (IFRS 16)

Essa nova norma trouxe uma extensa revisão na forma de contabilização dos contratos de arrendamento, cuja figura dos arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06 (R2) entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de abril de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

A Administração da Companhia ainda não determinou até que ponto esses compromissos resultarão no reconhecimento de um ativo e um passivo para pagamentos futuros, bem como o impacto no seu resultado e na classificação dos fluxos de caixa, pois o principal instrumento vigente na Companhia trata-se de contratos de Parceria Agrícola, estes objetos de discussão entre as entidades contábeis, comissão de valores mobiliários e empresas de auditoria se serão ou não inclusos na aplicação da norma e, se inclusos, como devem ser precificados. Em relação aos contratos de arrendamento, a Companhia já prevê o registro das operações nos termos da norma e pretende aplicar a abordagem de transição simplificada, consequentemente não irá reapresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção.

ICPC 22 - "Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro"

A interpretação ICPC 22 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A Administração da Companhia deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação. A interpretação foi aprovada em 21 de dezembro de 2018 e tem vigência a partir de 1º de abril de 2019.

Na avaliação da Administração da Companhia, não são esperados impactos significativos em decorrência da interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

4.1 Investimentos em controladas

Os investimentos em controladas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. Os investimentos da Companhia incluem o ágio identificado na aquisição, líquido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

4.2 Investimentos em coligadas e sociedades controladas em conjunto (joint venture)

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle, sobre as políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20 e 50 por cento do poder votante de outra entidade.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. Os investimentos da Companhia incluem o ágio identificado na aquisição, líquido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

As demonstrações financeiras incluem receitas e despesas e variações patrimoniais de companhias coligadas, após a realização de ajustes para alinhar as suas políticas contábeis com aquela da companhia, a partir da data em que uma influência significativa ou controle conjunto começam a existir até a data em que aquela influência significativa ou controle conjunto cessam. Quando a participação da companhia nos prejuízos de uma companhia investida cujo patrimônio líquido tenha sido contabilizado exceda a sua participação acionária nessa companhia registrada por equivalência patrimonial, o valor contábil daquela participação acionária, incluindo quaisquer investimentos de longo prazo, é reduzido à zero, e o reconhecimento de perdas adicionais é encerrado, exceto nos casos em que a Companhia tenha obrigações construtivas ou efetuou pagamentos em nome da companhia investida, quando, então, é constituída uma provisão para a perda de investimentos.

Os investimentos em sociedades controladas em conjunto são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, a qual é reconhecida no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional.

Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas controladas em conjunto são eliminados na medida da participação da Companhia; perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido. Quando necessário, as práticas contábeis das investidas são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.3 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

4.4 Instrumentos financeiros

A partir de 1º de abril de 2018, a Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e não reconhecimento

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iv) Capital social

Ações ordinárias nominativas da Companhia são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui acões preferenciais.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo. Os "Dividendos a deliberar" serão reconhecidos quando deliberados por ocasião da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

4.5 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

A Companhia optou por não reavaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de abertura do exercício de 2010. A administração da Companhia realizou um estudo sobre os benefícios da adoção do custo atribuído (*deemed cost*) e concluiu que esses benefícios não são superiores aos custos de adoção.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas / despesas operacionais no resultado.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Custos subsequentes

Gastos com manutenção que implicam em prolongamento da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado são capitalizados. Gastos com manutenção sem impacto na vida útil econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Os itens substituídos são baixados.

Os gastos com manutenção agrícola e industrial, incorridos no período de entressafra são levados ao imobilizado para serem apropriados ao custo de produção do açúcar e do etanol no decorrer da safra seguinte.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Edificios e construções

Máquinas, instalações e equipamentos

Veículos

Máquinas e implementos agrícolas

Móveis e utensílios

Lavouras de cana-de-açúcar

25 anos

Entre 10 e 30 anos

12 anos

8 anos

5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

4.6 Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A cana-de-açúcar em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apurados na data de corte.

4.7 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

4.8 Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros

A Companhia avalia a cada data de apresentação se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado.

Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos biológicos, estoques imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa exceder seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Durante os exercícios encerrados em 31 de março de 2019 e 2018, a Companhia não identificou indicadores de que seus ativos estão registrados com valor acima do seu valor recuperável.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

4.9 Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

4.10 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

4.11 Receita operacional

(i) Venda de produtos – Açúcar e etanol

As receitas auferidas e despesas incorridas pela Cooperativa são apropriadas ao resultado do exercício com base em rateio, definido de acordo com a produção da Companhia em relação às demais cooperadas, em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST n° 66, de 05 de setembro de 1986.

(ii) Venda de produtos – cana-de-açúcar, energia elétrica e bagaço de cana

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, que as obrigações de desempenho do contrato com clientes tenham sido cumpridas, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.12 Receita financeira e despesa financeira

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

4.13 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados, respectivamente, com base nas alíquotas de 15% (acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda) e 9% sobre o lucro tributável, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados ao patrimônio líquido ou a outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação ao prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas à posição fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

4.14 Aspectos ambientais

As instalações de produção da Companhia e sua atividade industrial estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui o risco associado com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e nos regulamentos em vigor.

A Companhia possui certificações no sistema de gestão integrada e anualmente são realizadas auditorias pelo órgão certificador, visando a conformidade dos processos e operações. Em complemento, a Companhia recebe processos de auditorias e verificações específicas de agências governamentais e independentes, para requisitos específicos do governo e de clientes, além dos requisitos de certificações de segurança de alimentos, agricultura orgânica, comércio justo e de padrões sócio ambientais, que estão submetidos. Assim buscam além da conformidade com padrões da qualidade de seus produtos, melhorias voltadas a sustentabilidade do negócio e cumprimento de sua política de gestão.

4.15 Ativo contingente

O Poder Judiciário condenou a União a indenizar a Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (Cooperativa), da qual a Companhia é cooperada, por danos causados a seus cooperados decorrentes da fixação de preços defasados em vendas de Açúcar e Etanol realizadas na década de 1980. Em março de 2019, a Cooperativa realizou o levantamento da parcela do primeiro precatório expedido no curso do referido processo, sendo atribuído a esta Companhia, o montante bruto de R\$17.350, transferidos para a Companhia via PN66, deduzidos os custos de manutenção de processo, honorários advocatícios e retenção de PIS e COFINS sobre este montante. Segundo informações da Cooperativa, detentora da ação, ainda se encontram pendentes recursos e ações judiciais sobre o restante do valor pretendido no processo, para os quais, na data base da elaboração das demonstrações financeiras, a melhor estimativa da Administração da Cooperativa é de ser o crédito provável, mas não praticamente certo.

Paralelamente, a Cooperativa, propôs medida judicial objetivando afastar as exigências de PIS e COFINS sobre a verba indenizatória em questão, por entender não caracterizar receita tributável em nome daquela entidade.

Sobre a receita acima mencionada, recebida pela Companhia, por também entender que o valor repassado pela Cooperativa se trata de verba indenizatória, a administração da Companhia propôs ação judicial objetivando afastar as exigências do PIS, COFINS, IR e CS sobre este valor, garantindo esta discussão mediante depósito judicial.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) Os ativos biológicos e os respectivos produtos

Ativos biológicos devem ser reconhecidos ao valor justo menos as despesas estimadas de venda. A metodologia adotada pela Companhia, para satisfazer a exigência de cálculo nos ativos biológicos correspondentes a cana-de-açúcar em pé, foi de acordo com método de fluxo de caixa futuro descontado. O fluxo de caixa futuro descontado é efetuado considerando premissas como preço da tonelada de cana-de-açúcar, produtividade, custos de corte, carregamento e transporte, custo dos tratos culturais, custos de parceria, custo de capital, impostos, entre outros. A taxa de desconto utilizada para descontar o fluxo de caixa ao valor presente é calculada com base Custo Médio Ponderado de Capital – WACC.

(ii) Contas a receber e outros recebíveis, fornecedores, partes relacionadas e outras contas

Decorrentes diretamente das operações da Companhia: o seu valor justo é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação e que se equiparam aos valores contábeis.

(iii) Empréstimos e financiamentos

Estão classificados como outros passivos financeiros e estão contabilizados pelos seus custos amortizados. O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2019	31/03/2018
Caixa e bancos Aplicações financeiras	1.804 124.888	1.776 105.307
	126.692	107.083

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos provenientes das contas de caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras podem ser assim demonstradas:

	31/03/2019	31/03/2018
Fundo de investimentos - DI Premium (i) Certificado de Depósito Bancário - CDB Operações Compromissadas - Debêntures (ii)	53.910 36.657 34.321	50.057 43.573 11.677
	124.888	105.307

- (i) Correspondem a operações compromissadas em Fundos DI Premium de liquidez imediata. A remuneração varia entre 100% e 101% do CDI.
- (ii) Correspondem a operações compromissadas lastreadas em debêntures, em que a Companhia tem o compromisso de revender as debêntures a curto prazo e valor pré-estabelecidos. A remuneração das aplicações financeiras varia entre 100% a 101% do CDI.

As operações de títulos de capitalização, em linha específica no balanço patrimonial, correspondem a operações que não são classificadas como equivalentes de caixa e representam em 31 de março de 2019 R\$ 679 (R\$ 330 em 31 de março de 2018). A remuneração das aplicações financeiras classificadas como títulos de capitalização se referem a TR + 0,5% a.a.

A exposição da Companhia a risco de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na Nota 21.

7. Contas a receber - Clientes

	31/03/2019	31/03/2018
Venda de cana (i) Clientes diversos (-) Provisão para devedores duvidosos	34·557 6.767 (794)	22.746 4.654 (794)
	40.530	26.606

(i) Saldo a receber por venda de cana orgânica para a parte relacionada Usina São Francisco S.A. Vide Nota 22, item "b".

A exposição da Companhia a risco de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na Nota 21.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os saldos em aberto são realizáveis e não há expectativas de perdas acima do montante já provisionado.

A análise de vencimentos dessas contas a receber está representada abaixo:

	31/03/2019	31/03/2018
Avencer		
até 30 dias	3.606	2.300
de 31 até 90 dias	34.676	22.755
de 91 até 180 dias	888	741
acima de 180 dias	712	424
	39.882	26.220
Vencidos		
até 30 dias	426	18
de 31 até 90 dias	4	54
de 91 até 180 dias	13	69
acima de 180 dias	999	1.039
	1.442	1.180
	41.324	27.400

8. Contas a receber - Cooperativa

Correspondem aos valores a receber das operações com a Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo Ltda., em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST n° 66, de 05 de setembro de 1986, que dispõe sobre o momento da apropriação da receita operacional no caso de faturamento por ato cooperativo, de acordo com a produção da Companhia em relação às demais cooperadas.

A exposição da Companhia a risco de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na Nota 21.

9. Estoques

	31/03/2019	31/03/2018
Produtos acabados entregues à Cooperativa		
- Açúcar	-	137
- Etanol	-	183
Almoxarifado de materiais auxiliares, de manutenção e outros	5.116	4.253
(-) Provisão para estoques obsoletos	(195)	(195)
Adiantamento a fornecedores de cana (*)	23.907	20.971
	28.828	25.349

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(*) A cana quando do seu recebimento é atualizada pelo preço da tonelada de cana estabelecido pelo modelo definido no Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar do Estado de São Paulo -CONSECANA.

Ativos biológicos 10.

A Companhia adotou o Pronunciamento Técnico CPC 29 - Ativos biológicos, onde os seus ativos biológicos de cana-de-acúcar passaram a ser mensurados ao valor justo menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência.

	31/03/2019	31/03/2018
Saldo inicial	57.083	49.243
Aumento decorrente de tratos culturais	23.513	23.373
Diminuição decorrente da amortização	(57.083)	(49.243)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	42.029	33.710
Ativos biológicos no final do exercício	65.542	57.083

Para o atendimento do CPC 29 - ativo biológico, a Companhia utilizou o cálculo do valor justo pelo método de fluxo de caixa futuro descontado nos ativos biológicos correspondentes a cana-de-açúcar em pé.

Lavouras de cana-de-açúcar

As áreas cultivadas representam apenas as plantas de cana-de-acúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram. As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo:

	31/03/2019	31/03/2018
Área estimada de colheita (hectares)	12.828	12.654
Produtividade prevista (tons de cana/hectares)	90,00	92,45
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	134,58	134,75
Valor do Kg de ATR - R\$	0,7796	0,6936
WACC (a.a.)	5,82%	6,19%

A Companhia está exposta a uma série de riscos relacionados às suas plantações:

Riscos de oferta e demanda

A Companhia está exposta aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de açúcar e etanol produzidos a partir da cana-de-acúcar. A gestão destes riscos é administrada diretamente pela Cooperativa, inclusive quanto a analisar a tendência regular do setor para garantir que as estratégias operacionais estão em linha com o mercado e assegurar que os volumes projetados de produção são coerentes com a demanda esperada.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Riscos climáticos e outros

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas ao risco de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios florestais e outras forças naturais. A Companhia tem processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares da situação da lavoura de cana-de-açúcar.

<u>31/03/2019</u> <u>31/03/2018</u>

23.802

(6.978)

16.824

17.481

(4.225)

13.256

11. Impostos a recuperar

		<u> </u>	<u> </u>
	ICMS – saldo credor corrente	3.768	2.923
	ICMS sobre aquisição de bens do imobilizado	1.447	1.972
	PIS e COFINS	39.346	32.524
	Imposto de renda e contribuição social – antecipações	28	28
	IPI	_	_
		514	507
	IRRF	2.643	2.697
	Outros	2.030	1.757
		49.778	42.408
	Circulante	(24.879)	(22.540)
	Não circulante	24.899	19.868
12.	Demais ativos		
		31/03/2019	31/03/2018
	Pi-: 1 - 1 (i)	00.6	16 100
	Dividendos a receber (i)	22.670	16.433
	Seguros a apropriar	317	224
	Outros	815	824

Circulante

Não circulante

⁽i) Compreendido, substancialmente, por dividendos a receber da controlada Vicenza Empreendimentos Imobiliários Ltda. a serem liquidados quando da disponibilidade de caixa da controlada, conforme deliberado em Ata de Assembleia de Sócios Quotistas realizada em 24 de julho de 2015.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. Ativos e passivos fiscais diferidos

Em 31 de março de 2019, a Companhia possui imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos e créditos tributários sobre os seguintes valores base:

-	Saldo em 31 de março de 2017	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31 de março de 2018	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31 de março de 2019
Ativo não circulante					
Prejuízos fiscais do imposto de renda	34.970	(4.652)	30.318	(2.359)	27.959
Base negativa da contribuição social	13.399	(1.649)	11.750	(849)	10.901
<u>-</u>	48.369	(6.301)	42.068	(3.208)	38.860
Passivo não circulante					
Ativo biológico - CPC 29	(15.402)	(334)	(15.736)	(526)	(16.262)
Depreciação – ajuste por adoção CPC 27 (vida útil)	(8.905)	(1.378)	(10.283)	(1.388)	(11.671)
Depreciação acelerada incentivada	(24.369)	(1.420)	(25.789)	(3.650)	(29.439)
	(48.676)	(3.132)	(51.808)	(5.564)	(57.372)
_	(307)	(9.433)	(9.740)	(8.772)	(18.512)

Período estimado de realização dos créditos tributários

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, optou por reconhecer em exercícios anteriores, no ativo não circulante, em contrapartida do resultado do exercício, o imposto de renda e a contribuição social correspondentes sobre os direitos por prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa da contribuição social.

A Companhia estima recuperar a totalidade dos créditos tributários nos exercícios subsequentes. As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas quando de sua elaboração. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas projeções.

14. Outras divulgações sobre o fluxo de caixa

(a) Reconciliação da dívida líquida

	31/03/2019	31/03/2018
Empréstimo de curto prazo Empréstimo de longo prazo	81.981 228.913	126.209 168.756
Total da dívida Caixa e equivalente de caixa	310.894 (126.692)	294.965 (107.083)
Contas a receber - Cooperativa	(43.257)	(44.970)
Total da dívida líquida	140.945	142.912

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Empréstimo	s Bancários			
	Circulante	Não circulante	Total da dívida	Caixa e equivalentes (*)	Dívida líquida
Dívida líquida em 31 de março de 2017	93.967	193.137	287.104	(123.324)	163.780
Movimentação que afetam o fluxo de caixa	(15.343)	-	(15.343)	(28.729)	(44.072)
Movimentação que não afetam o fluxo de caixa	47.585	(24.381)	23.204	=	23.204
Aquisições/novos arrendamentos	-	1.090	1.090	-	1.090
Variações monetarias/cambiais	22.114	-	22.114	-	22.114
Transferência para o circulante	25.471	(25.471)	<u>-</u>		
Dívida líquida em 31 de março de 2018	126.209	168.756	294.965	(152.053)	142.912
Movimentação que afetam o fluxo de caixa	(9.041)	-	(9.041)	(17.896)	(26.937)
Movimentação que não afetam o fluxo de caixa	(35.188)	60.158	24.970	-	24.970
Aquisições/novos arrendamentos	-	4.682	4.682	-	4.682
Variações monetarias/cambiais	20.288	-	20.288	-	20.288
Transferência para o circulante	(55.476)	55.476			
Dívida líquida em 31 de marco de 2019	81.981	228.913	310.894	(169,949)	140.945

^(*) Inclui contas a receber - Cooperativa

15. Investimentos

A Companhia registrou um ganho de R\$ 11.801 em 2019 (R\$ 15.299 em 2018) de equivalência patrimonial sobre coligadas e controladas.

Nenhuma das companhias contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

	31/03/2019	31/03/2018
Controladas e coligadas	82.433	75.074
Adiantamento para futuro aumento de capital		75.974
Ágio de investimentos em controladas e coligadas (i)	100	263
Outros investimentos avaliados ao custo (ii)	8.614	8.614
Outros investimentos avanados ao custo (ii)	8.471	8.472
	99.618	93.323
	99.018	93.323

- (i) Ágio na aquisição de ações de coligadas e controladas. Realização dar-se-á em eventual alienação ou pela sua redução ao valor recuperável (*impairment*).
- (ii) Compreendido substancialmente pelo investimento na Copersucar S.A. e transferência de adiantamento para futuro aumento de capital para investimentos, conforme deliberações societárias do CTC Centro de Tecnologia Canavieira e integralização de capital nos termos da Assembleia Geral Extraordinária, de 10 de julho de 2014 e 19 de setembro de 2014.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas e coligadas.

	Usina Uberaba S.A.	Agropecuária Iracema S.A.	Vila Sicília Empreendimentos Imobiliários Ltda.	PHB Industrial S.A.	Vicenza Empreendimentos Imobiliários Ltda	Total
Capital Social integralizado 31 de março de 2019	186.134	7.573	3.018	81.377	69	278.171
Patrimônio Líquido em 31 de março de 2019	227.619	9.437	3.018	44.012	1.850	285.936
Resultado do exercício	38.155	1.864	-	(9.509)	1.781	32.291
Participação %	27,5%	61,7%	61,8%	25,0%	61,8%	
Saldo em 31 de março de 2017	39.184	7.381	-	12.790	2.949	62.304
Distribuição de dividendos	-	(1.473)	-	-	(2.009)	(3.482)
Integralização adiantamento para futuro aumento de capital	-	(11)	1.864	-	-	1.853
Resultado de equivalência patrimonial	12.973	1.949	<u>-</u> _	(287)	664	15.299
Saldo em 31 de março de 2018	52.157	7.846	1.864	12.503	1.604	75.974
Distribuição de dividendos	(96)	(4.647)	-	-	(1.559)	(6.302)
Integralização adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	960	-	960
Resultado de equivalência patrimonial	10.535	2.627	<u>-</u>	(2.459)	1.098	11.801
Saldo em 31 de março de 2019	62.596	5.826	1.864	11.004	1.143	82.433

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16. Imobilizado

	Edifícios e	Maquinismo, instalações e		Máquinas e implementos	Móveis e	Manutenção de máquinas e		Lavoura de		Obras em	Adiantamento	
		,	Veículos	agrícolas	utensílios	•	Terras	cana-de-açúcar	Outros	andamento	a fornecedor	m - 4 - 1
	construções	equipamentos	veiculos	agricolas	utensmos	equipamentos	Terras	cana-de-açucar	Outros	andamento	a fornecedor	Total
Saldo em 31 de março de 2017	19.811	35.929	14.629	19.305	676	30.604	109	84.043	3.981	8.817	13.766	231.670
Adições	-	1.066	1.474	3.553	182	35.290	-	20.418	2.368	8.946	-	73.297
Alienações	-	(229)	(567)	(12)	(69)	-	-		(189)	(560)	-	(1.626)
Transferências	463	24.978	8	-	1	-	-	-	330	(12.014)	(13.766)	-
Apropriação de gastos de entressafra	-	-	-	-	-	(35.180)	-	-	-	-	-	(35.180)
Depreciação	(722)	(4.803)	(1.424)	(1.283)	(126)			(24.434)	(1.130)			(33.922)
Saldo em 31 de março de 2018	19.551	56.941	14.121	21.564	665	30.714	109	80.027	5.359	5.189		234.240
Sarao em 31 de março de 2010	19.551	30.941	14.121	21.304	003	30./14	109	00.02/	3.339	5.109		234.240
Custo Total	34.044	151.876	38.959	36.746	2.370	251.409	109	154.023	16.114	5.189	-	690.840
Depreciação acumulada	(14.493)	(94.935)	(24.838)	(15.182)	(1.705)	(220.695)		(73.996)	(10.755)			(456.600)
Valor residual	19.551	56.941	14.121	21.564	665	30.714	109	80.027	5.359	5.189		234.240
Saldo em 31 de março de 2018	19.551	56.941	14.121	21.564	665	30.714	109	80.027	5.359	5.189	-	234.240
Adições	-	669	955	4.611	46	33.993	-	26.891	1.833	13.129	-	82.127
Alienações	-	-	(312)	(686)	-	-	-	-		(140)	-	(1.137)
Transferências	400	5.393	187	164	3	-	-	-	16	(6.163)	-	-
Apropriação de gastos de entressafra	. -		-		-	(30.714)	-			-	-	(30.714)
Depreciação	(792)	(6.140)	(1.405)	(1.133)	(101)			(20.228)	(953)			(30.752)
Saldo em 31 de março de 2019	19.159	56.863	13.546	24.520	613	33.993	109	86.690	6.255	12.015		253.763
Custo Total	34.444	157.938	39.789	40.835	2.419	285.402	109	180.914	17.963	12.015	_	771.829
Depreciação acumulada	(15.285)	(101.075)	(26.244)	(16.316)	(1.806)	(251.409)	-	(94.224)	(11.708)	-	_	(518.066)
Depreciação acamaiada	(13.203)	(101.0/3)	(=0.244)	(10.310)	(2.000)	(231.409)		(94.224)	(11./00)			(310.000)
Valor residual	19.159	56.863	13.546	24.520	613	33.993	109	86.690	6.255	12.015		253.763

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Obras em andamento

Refere-se, substancialmente a investimentos de melhoria em geral na indústria como substituição da cobertura da moenda, substituição das tubulações do circuito de água e interligações, substituição tubulações escoamento da vinhaça dentre várias outras e também por investimentos em caminhões (novos e seminovos) e em equipamentos para melhoria da atividade da agricultura de precisão.

Provisão por redução do valor recuperável

Durante os exercícios encerrados em 31 de março de 2019 e de 2018, a Companhia não identificou indicadores de que seus ativos possam estar registrados por um valor maior que o seu valor recuperável.

Garantia

Em 31 de março de 2019, bens do ativo imobilizado com valor contábil de R\$ 61.469 (R\$ 71.386 em 31 de março de 2018) estão sujeitos a uma fiança registrada para garantir financiamentos bancários (Finame).

Depreciação

As vidas úteis e valores residuais foram estimados, em anos anteriores, por especialistas externos (engenheiros) com experiência e competência profissional, objetividade e conhecimento técnico dos bens avaliados. Para realizarem este trabalho os especialistas consideraram informações a respeito da utilização dos bens avaliados, mudanças tecnológicas ocorridas e em curso e ambiente econômico em que operam, considerando o planejamento e outras peculiaridades dos negócios da Companhia. Para o exercício encerrado em 31 de março de 2019 a avaliação da vida útil foi revisada internamente por profissionais habilitados e pela administração. A vida útil estimada dos bens registrados no ativo imobilizado está evidenciada na Nota 4.5 (iii).

17. Fornecedores

	31/03/2019	31/03/2018
Fornecedores de cana-de-açúcar Fornecedores diversos	16.029 6.427	16.541 <u>321</u>
	22.456	16.862

A exposição da Companhia a riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar é divulgada na Nota 21.

18. Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição do grupo a risco de taxas de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja Nota 21.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) **Empréstimos e financiamentos**

		31/03/2	2019	9 3	1/03/2018
Passivo circulante Empréstimos e financiame	ntos (a)	8:	98. ا	1	104.559
Financiamentos Cooperativ				_	21.650
1					
		8:	98. ا	1	126.209
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiame	ntos (a)	191	.47	2	131.014
Financiamentos Cooperativ			· 44		37.742
					07 7 1
		228	3.91	3	168.756
				<u> </u>	, 0
		310	.89.	4	294.965
				<u> </u>	7170
	Moeda	Taxa de jur	os <u>3</u>	31/03/2019	31/03/2018
Notas de crédito exportação (NCE)	R\$	Juros de 1,80% a 3,48% a.a mais C (2018 - juros de 2,05% a 3,35% a.a mais CI		73.593	116.096
N-4 d(AICE)	Вφ	2010 June 114 Gueden de 200	_		10 = 06
Notas de crédito exportação (NCE)	R\$	2018 - Juros pré-fixados de 9,5% a	ı.a	-	10.726
		Juros de 2,90% a 3% a.a mais C			
Cédula de crédito bancário (CCB)	R\$	(2018 - juros de 3% a.a mais CI	OI)	16.519	24.205
		Juros de 1,33% a 3,40% a.a mais C		68.624	19.345
Cédula de crédito exportação (CCE)	R\$	(2018 - juros de 2,58% a 3,40% a.a mais CI	OI)	00.024	19.343
		Juros pré-fixados entre 2,5% a 10,5% a			
Pin and	Вφ	(2018 - juros pré-fixados entre 2,5% a 10,5% a		18.493	21.683
Finame	R\$				
 :	D.+	Juros de 3,95% a 4,50% a.a mais TJ			
Finame	R\$	(2018 - juros de 3,90% a 4,05% a.a mais TJL	.P)	14.725	17.561
		Juros de 3,22% a 4,05% a.a mais T			
Finame	R\$	(2018 - juros de 4% a.a mais TL	.P)	3.258	401
		Juros pré-fixados de 5,50% a	ı.a		
Pro Renova	R\$	(2018 - juros pré-fixados de 5,50% a	.a)	2.355	3.925
Custeio		2018 - Juros pré-fixados de 9,5% a	ı.a	-	1.048
		Juros de 1,40% a 3,40% a.a. mais C			
Cédula de Produtor Rural (CPR)		(2018 - Juros de 1,40% a.a mais CI	OI) _	75.887	20.583

273.453

235.572

(81.981) (104.559)

191.472 131.013

Circulante

Não circulante

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

	31/03/2019	31/03/2018
Safra 19/20	-	55.452
Safra 20/21	95.176	53.378
Safra 21/22	59.003	16.744
Safra 22/23	32.526	2.023
Safra 23/24 a 25/26	4.767	3.417
	191.472	131.014

A Companhia possui algumas obrigações contratuais em vigor ("covenants") decorrentes dos financiamentos como limites de endividamento, geração de caixa, performance financeira e outros. A Companhia está em conformidade com todas as cláusulas restritivas em 31 de março de 2019.

Garantias

Para os empréstimos tomados pela Companhia são concedidos como garantias aval de Companhias coligadas e controladas e os bens adquiridos com os recursos.

(b) Financiamentos – Cooperativa

Correspondem a recursos repassados pela Cooperativa de Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo Ltda., com a seguinte composição:

31/03/2019	31/03/2018
24.002	25.272
-	21.650
13.439	12.470
37.441	59.392
	(21.650)
37.441	37.742
	24.002 - 13.439 37.441

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19. Demais passivos

	31/03/2019	31/03/2018
Dividendos a pagar	2.092	2.873
Adiantamento de clientes	16	252
Arrendamento rural	2.406	1.313
Outros	742	751
	5.256	5.189
Circulante	(3.456)	(3.619)
Não circulante	1.800	1.570

20. Provisão para contingências

	31/03/2019	31/03/2018
Trabalhistas	1.009	1.500
Cíveis	4	-
Ambientais	487_	
	1.500	1.500

	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Ambientais	Total
Em 31 de março de 2017	521	63	2.260	_	2.844
Constituição de provisão	979	-	-	-	979
Valores não usados, estornados	-	(63)	(2.260)		(2.323)
Em 31 de março de 2018	1.500	-	-	-	1.500
Constituição de provisão	-	-	4	487	491
Valores não usados, estornados	(491)		<u>-</u>		(491)
Em 31 de março de 2019	1.009	<u> </u>	4	487	1.500

Passivos contingentes

Existem contingências passivas tributárias, cíveis, ambientais e trabalhistas avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança, para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Seguem os valores das contingências que foram consideradas pelos assessores jurídicos como possível o risco de perda:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Trabalhistas	Tributárias / Previdenciárias	Cíveis	Ambientais
Saldo em 31 de março de 2018	3.034	25.948	1.745	4.627
Saldo em 31 de março de 2019	4.016	35.569	179	3.557

21. Instrumentos financeiros

Gerenciamento de risco financeiro

Visão geral

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito:
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de risco e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos ao qual a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de treinamento, procedimentos de gestão e procedimentos busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo. A gestão do risco de crédito da Companhia em relação a clientes, no que pertence ao negócio açúcar e etanol convencional é centrada no relacionamento formalizado com suas controladas e com a Cooperativa dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo.

De forma geral, os direcionamentos dos negócios são tratados em reuniões da alta direção para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	31/03/2019	31/03/2018
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	6	126.692	107.083
Contas a receber - Clientes	7	40.530	26.606
Contas a receber - Cooperativa	8	43.257	44.970
Demais ativos	12	23.802	17.481
Depósitos judiciais		6.341	5.659
		240.623	201.799

Os saldos apresentados acima não apresentam uma concentração significativa, que possam deixar o risco de crédito significativo.

Os saldos de Caixa e equivalentes de caixa, demonstrados na Nota 6, são mantidos em instituições financeiras de primeira linha.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir que sempre haja a liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados.

A seguir, estão as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Valor contábil	Até 12 m eses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Ativos					<u> </u>
Caixa e equivalentes de caixa	126.692	126.692	-	-	_
Títulos de capitalização	679	679	-	-	-
Contas a receber - Clientes	40.530	40.530	-	-	-
Contas a receber - Cooperativa	43.257	43.257	-	-	-
Demais ativos	23.802	6.978	16.824	-	-
Depósitos judiciais	6.341	-	-	-	6.341
Passivos					
Fornecedores	22.456	22.456	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	273.453	81.981	95.176	91.529	4.767
Financiamentos - Cooperativa	37.441	-	37.441	-	-
Demais passivos	5.256	3.456	1.800	-	-
					31/03/2018
	Valor contábil	Até 12	1-2	2-5	Mais que
Ativos	Contabii	meses	anos	anos	5 anos
Caixa e equivalentes de caixa	107.083	107.083	_	_	_
Títulos de capitalização	330	330	_	_	_
Contas a receber - Clientes	26.606	26.606	_	_	_
Contas a receber - Cooperativa	44.970	44.970	_	_	_
Demais ativos	17.744	4.225	13.519	_	_
Depósitos judiciais	5.659	-	-	-	5.659
Passivos					
Fornecedores	16.862	16.862	-	_	_
Empréstimos e financiamentos	235.573	104.559	55.452	70.122	5.440
Financiamentos - Cooperativa	59.392	21.650	37.742	-	- -
Demais passivos	5.189	3.619	1.570		

31/03/2019

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer mais cedo ou em montantes significantemente diferentes.

Os saldos passivos de curto prazo serão liquidados com os saldos ativos de curto prazo e também pela geração de caixa da Companhia durante o exercício.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Classificação dos instrumentos financeiros

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas na demonstração financeira da Companhia, conforme quadros abaixo:

	Ativos pelo custo amortizado	Passivos pelo custo amortizado	31/03/2019 Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	126.692	-	-
Títulos de capitalização	679	-	-
Contas a receber - Clientes	40.530	-	-
Contas a receber - Cooperativa	43.257	-	-
Demais ativos	23.802	-	-
Depósitos judiciais	6.341		
	241.302		
Passivos			
Fornecedores	-	22.456	-
Empréstimos e financiamentos	-	273.051	402
Financiamentos - Cooperativa	-	37.441	-
Demais passivos		5.256	
		338.205	402
			31/03/2018
			Passivos mensurados
	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado	ao valor justo por meio do resultado
		custo amortizado	melo do resultado
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	107.083	-	-
Títulos de capitalização	330	-	-
Contas a receber - Clientes	26.606	-	-
Contas a receber - Cooperativa	44.970	-	-
Demais ativos	17.744	-	-
Depósitos judiciais	5.659		
	202.392		
Passivos			
Fornecedores	-	16.862	-
Empréstimos e financiamentos	-	236.216	(643)
Financiamentos - Cooperativa	-	59.392	-
Demais passivos		5.189	-
	<u> </u>	317.659	(643)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Análise de sensibilidade

A Companhia está exposta a risco de taxa de juros pós-fixadas, tanto para suas aplicações financeiras como para suas operações de empréstimos e financiamentos.

O valor contábil dos ativos e passivos financeiros representa a exposição máxima do risco de taxa de juros. A exposição máxima dos riscos de taxa de juros, na modalidade CDI, na data das demonstrações financeiras são:

	Nota	31/03/2019	31/03/2018
Ativo Aplicações financeiras	6	124.888	105.307
Passivo Empréstimos e financiamentos Financiamentos - Cooperativa	18 18	234.623 -	180.229 21.650

O cenário provável adotado pela administração reflete as projeções de mercado do CDI para o próximo exercício, ou seja, 6,34% a.a. A fonte de informação utilizada foi a Cetip.

Para os cenários I e II das aplicações financeiras foram consideradas uma redução de 25% e 50% respectivamente sobre as taxas utilizadas para o cenário provável. A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado, considerados para os cenários provável, I e II:

Instrumentos financeiros ativos	Risco	Exposição	<u>Provável</u>	I	II
Aplicações financeiras	variação CDI	124.888	7.918	5.938	3.959

Para os cenários I e II dos empréstimos e financiamentos foram considerados um aumento de 25% e 50% respectivamente sobre as taxas utilizadas para o cenário provável. A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado, considerados para os cenários provável, I e II:

Instrumentos financeiros passivos	Risco	Exposição	<u>Provável</u>	<u> </u>	<u>II</u>
Empréstimos e financiamentos	variação CDI	234.623	14.875	18.594	22.313

Em 31 de março de 2019 o valor de referência (*notional*) dos contratos de swap de taxa de juros correspondiam a R\$ 69.104 (R\$ 38.973 em 31 de março de 2018), contratados com o objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira contra as variações do CDI flutuante para taxa pré. O resultado apurado com os instrumentos financeiros derivativos durante o exercício foi uma despesa de R\$ 1.545 (receita de R\$ 764 em 31 de março de 2018).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Valor contábil		
	31/03/2019	31/03/2018	
Instrumentos de taxa fixa Passivos financeiros	20.848	37.381	
Instrumentos de taxa variável Ativos financeiros Passivos financeiros	125.567 276.607	105.637 245.112	

Gerenciamento do capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

A Diretoria monitora os retornos sobre capital com base no índice de alavancagem financeira, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo capital total. A diretoria também monitora o nível de dividendos para acionistas considerando a posição do endividamento líquido da empresa.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de março de 2019 e 2018 podem ser assim sumarizados:

	31/03/2019	31/03/2018
(+) Empréstimos e financiamentos(-) Caixa e equivalentes de caixa(-) Contas a receber - Cooperativa	310.894 (126.692) (43.257)	294.965 (107.083) (44.970)
(=) Dívida líquida (A)	140.945	142.912
Total do patrimônio líquido (B)	364.515	308.120
Total do capital (A + B)	505.459	451.032
Índice de alavancagem financeira - % (A) / (A+B)	28	32

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Classificações contábeis e valores justos

Valor justo versus valor contábil

Para todas as operações apresentadas como ativos e passivos financeiros, a administração da Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, não gerando grandes oscilações entre eles.

Hierarquia de valor justo

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo utilizam um método de avaliação classificado em três níveis.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos
- Nível 2 Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou
 passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3** *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia não mantém transações registradas pelo valor justo em suas demonstrações financeiras.

Impairment de ativos financeiros

Todos os ativos financeiros da Companhia, com exceção dos ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis, não apresentam indicadores de perda do valor recuperável.

Garantias

Para os empréstimos tomados pela Companhia são concedidos como garantias aval de Companhias coligadas e controladas e os bens adquiridos com os recursos.

22. Partes relacionadas

(a) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal chave da administração da Companhia é composto pela Diretoria eleita por ocasião da Assembleia Geral Ordinária com mandato de três anos. O montante referente à remuneração do pessoal chave da administração durante o exercício a título de benefícios de curto prazo foi de R\$ 5.153 (R\$ 2.547 em 31 de março de 2018). Estão sendo considerados, para fins de apresentação, o valor dos honorários com o IRRF. A Companhia não concede ao pessoal chave da administração benefícios com características de longo prazo.

(b) Outras operações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas compreendem transações financeiras, adiantamentos para futuro aumento de capital, compra de ações entre as companhias relacionadas e compra e venda de produtos, como cana-de-açúcar e outros, realizadas em condições de mercado.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Valor	da transação	Sal	do aberto em
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
Venda de cana-de-açúcar e outras				
Usina São Francisco S.A.	58.257	45.099	-	-
Usina Uberaba S.A.	4.883	4.857	-	-
Agropecuária Iracema Ltda.	65	47		
	63.205	50.003		
Ativo circulante				
Contas a receber				
Usina São Francisco S.A.	-	-	34.860	23.191
Agropecuária Iracema Ltda.	-	-	7	7
Usina Uberaba S.A.			399	404
			35.266	23.602
Ativo não circulante				
Dividendos a receber				
Agropecuária Iracema Ltda.	-	-	6.109	1.462
Vicenza Empreend. Imobiliários Ltda.	-	-	16.546	12.978
Adiantamento para futuro aumento de capital				
PHB Industrial S.A.			100	263
	-	-	22.755	14.703

	Valor da transação		Sale	do aberto em
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
Compra de energia, cana-de-açúcar e outras				
Usina São Francisco S.A.	5.813	2.864	-	-
Agropecuária Iracema Ltda.	1.580	2.113		
Usina Uberaba S.A.	37	-	-	-
Cana-de-açúcar partes relacionadas	7.758	9.426		
	15.188	14.403	-	-
Passivo circulante				
Dividendos a pagar				
Dividendos a pagar	-	-	2.092	2.864
Adiantamento para futuro aumento de capital				
Acionistas	-	-	707	707
Demais contas a pagar				
Usina São Francisco S.A.	-	-	1	85
Agropecuária Iracema Ltda.	-	-	883	2.687
Usina Uberaba S.A.				2
			3.683	6.345

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Contrato de fornecimento

- (i) A Companhia possui contrato de exclusividade de fornecimento de açúcar e etanol junto a Cooperativa dos produtores de cana-de-açúcar, açúcar e álcool do estado de São Paulo, pelo prazo de três anos safras, sendo o contrato renovado a cada safra.
- (ii) A Companhia também é interveniente garantidora das operações de venda de açúcar e etanol correspondentes ao contrato firmado pela Cooperativa dos produtores de cana-de-açúcar, açúcar e álcool do estado de São Paulo junto a Copersucar S.A., o qual tem caráter de exclusividade, assegurando diretamente e indiretamente, benefícios e vantagens financeiras e mercadológicas. Os fatores de risco de preço desse contrato são os indicadores CEPEA/ESALQ para os mercados interno e externo.
- (iii) A Companhia possui ainda contrato de exclusividade de fornecimento de cana-de-açúcar orgânica, junto a Usina São Francisco S.A., com prazo até a safra 2019/2020.

Vide demais operações com a parte relacionada Cooperativa nas Notas 24, 26 e 27.

23. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de março de 2019 e 2018, o capital social está representado por 2.069.527 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 27 de julho de 2018 foi proposto e aprovado a integralização e o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 55.435, sem a emissão de novas ações, com a reserva de lucros — Dividendos a deliberar.

Em 28 de julho de 2017 foi proposto e aprovado a integralização e o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 21.984, sem a emissão de novas ações, com a reserva de lucros — Dividendos a deliberar.

(b) Reserva de lucros

Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

(c) Dividendos e distribuição dos lucros acumulados

Os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 0,5% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. A distribuição proposta pela administração para os lucros acumulados está determinada como segue:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/03/2019	31/03/2018
Base de cálculo - representada pelo lucro líquido do exercício (-) Reserva legal – 5% (-) Dividendos mínimos obrigatórios – 0,5%	58.488 (2.924) (292)	60.567 (3.028) (303)
Lucros a disposição de assembleia	55.271	57.236

Os saldos remanescentes de lucros acumulados em 31 de março de 2019 apresentados na rubrica "Dividendos a deliberar" serão deliberados por ocasião da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas a ser realizada em julho de 2019.

24. Receita operacional

As receitas operacionais da Companhia são compostas pela venda de açúcar, etanol, derivados de levedura para o mercado interno e externo e cana-de-açúcar.

Abaixo é reproduzida a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	31/03/2019	31/03/2018
Açúcar – PN 66	201.724	239.750
Etanol – PN 66	242.119	226.344
Derivados de levedura	10.026	10.237
Receita de cana-de-açúcar	57.335	41.468
Serviços prestados	5.507	6.165
Energia elétrica	16.315	12.405
Óleo diesel	11.566	10.117
Outras vendas	1.656	1.044
Receita bruta	546.247	547.530
(-) Impostos sobre vendas	(40.930)	(32.916)
	505.317	514.614

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25. Despesas operacionais por natureza

	31/03/2019	31/03/2018
Despesas operacionais por natureza		
Despesa com pessoal	17.089	13.271
Depreciação e amortização	598	618
Despesa com comercialização exceto fretes, transbordos e armazenagens	2.280	3.837
Fretes, transportes e armazenagem	15.502	15.645
Serviços de terceiros pessoa jurídica	3.693	4.685
Demandas trabalhistas, cíveis e tributárias	4.161	1.735
Outras despesas	2.826	2.609
	46.149	42.401
Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função		
Vendas	18.178	19.871
Administrativas e gerais	27.971	22.529
	46.149	42.401

Custos de Produção

O custo de produção da Companhia é composto substancialmente por matéria prima (cana-de-açúcar), depreciação de máquinas e equipamentos, amortização de tratos culturais e de manutenção entressafra, mão de obra, combustíveis e lubrificantes, serviços de terceiros e materiais de manutenção, as quais, em conjunto, perfazem aproximadamente 98% do total do custo de produção dos produtos acabados da Companhia.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

		31/03/2019	31/03/2018
	Outras receitas operacionais		
	Outras receitas operacionais - Cooperativa	85	489
	Reembolso de sinistros	73	16
	Resultado na venda de ativo imobilizado	901	-
	Recuperação de despesas	-	1.344
	Receita verba indenizatória (Nota 4.15)	17.351	-
	Outras receitas operacionais	2.529	1.350
		20.939	3.199
	Outras despesas operacionais		
	Outras despesas operacionais - Cooperativa	(2.404)	(4.527)
	Despesa Adto REFIS Lei 1770 - Cooperativa	(1.176)	(1.134)
	Resultado na venda de ativo imobilizado	-	(522)
	Provisões e despesas sobre verba indenizatória (Nota 4.15)	(1.786)	-
	Outras despesas operacionais	(831)	(474)
		(6.198)	(6.657)
		14.742	(3.458)
2 7.	Financeiras e cambiais, líquidas		
27.	Financeiras e cambiais, liquidas	31/03/2019	31/03/2018
27.	Receitas financeiras	31/03/2019	31/03/2018
27.		31/03/2019 91	31/03/2018
27.	Receitas financeiras		
27.	Receitas financeiras Operações Cooperativa – PN 66 Juros aplicações financeiras	91	31
27.	Receitas financeiras Operações Cooperativa – PN 66	91 3.163	31 4.250
27.	Receitas financeiras Operações Cooperativa – PN 66 Juros aplicações financeiras Juros demais operações e descontos financeiros	91 3.163	31 4.250 276
27.	Receitas financeiras Operações Cooperativa – PN 66 Juros aplicações financeiras Juros demais operações e descontos financeiros	91 3.163 955	31 4.250 276 764
27.	Receitas financeiras Operações Cooperativa – PN 66 Juros aplicações financeiras Juros demais operações e descontos financeiros Resultado positivo instrumentos derivativos Despesas financeiras	91 3.163 955	31 4.250 276 764 5.321
27.	Receitas financeiras Operações Cooperativa – PN 66 Juros aplicações financeiras Juros demais operações e descontos financeiros Resultado positivo instrumentos derivativos Despesas financeiras Operações Cooperativa – PN 66	91 3.163 955 - 4.209 (1.745)	31 4.250 276 764 5.321 (4.947)
27.	Receitas financeiras Operações Cooperativa – PN 66 Juros aplicações financeiras Juros demais operações e descontos financeiros Resultado positivo instrumentos derivativos Despesas financeiras Operações Cooperativa – PN 66 Juros apropriados sobre financiamentos	91 3.163 955 - 4.209 (1.745) (18.270)	31 4.250 276 764 5.321 (4.947) (22.882)
27.	Receitas financeiras Operações Cooperativa – PN 66 Juros aplicações financeiras Juros demais operações e descontos financeiros Resultado positivo instrumentos derivativos Despesas financeiras Operações Cooperativa – PN 66	91 3.163 955 - 4.209 (1.745)	31 4.250 276 764 5.321 (4.947)
27.	Receitas financeiras Operações Cooperativa – PN 66 Juros aplicações financeiras Juros demais operações e descontos financeiros Resultado positivo instrumentos derivativos Despesas financeiras Operações Cooperativa – PN 66 Juros apropriados sobre financiamentos Juros demais operações	91 3.163 955 - 4.209 (1.745) (18.270) (1.547)	31 4.250 276 764 5.321 (4.947) (22.882)
27.	Receitas financeiras Operações Cooperativa – PN 66 Juros aplicações financeiras Juros demais operações e descontos financeiros Resultado positivo instrumentos derivativos Despesas financeiras Operações Cooperativa – PN 66 Juros apropriados sobre financiamentos Juros demais operações	91 3.163 955 - 4.209 (1.745) (18.270) (1.547) (1.545)	31 4.250 276 764 5.321 (4.947) (22.882) (2.140)
27.	Receitas financeiras Operações Cooperativa – PN 66 Juros aplicações financeiras Juros demais operações e descontos financeiros Resultado positivo instrumentos derivativos Despesas financeiras Operações Cooperativa – PN 66 Juros apropriados sobre financiamentos Juros demais operações Resultado negativo instrumentos derivativos	91 3.163 955 - 4.209 (1.745) (18.270) (1.547) (1.545)	31 4.250 276 764 5.321 (4.947) (22.882) (2.140)
27.	Receitas financeiras Operações Cooperativa – PN 66 Juros aplicações financeiras Juros demais operações e descontos financeiros Resultado positivo instrumentos derivativos Despesas financeiras Operações Cooperativa – PN 66 Juros apropriados sobre financiamentos Juros demais operações Resultado negativo instrumentos derivativos Variação cambial	91 3.163 955 - 4.209 (1.745) (18.270) (1.547) (1.545) (23.107)	31 4.250 276 764 5.321 (4.947) (22.882) (2.140)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28. Compromissos de compra

A Companhia possui diversos compromissos de compra de cana-de-açúcar com terceiros para garantir parte de sua produção para os próximos períodos de colheita. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida é calculada com base em uma estimativa de colheita de cana-de-açúcar por área geográfica. A quantia a ser paga pela Companhia será determinada para cada período de colheita ao término de tal período de colheita de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pela CONSECANA.

29. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros (informação não auditada), considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de março de 2019 a cobertura de seguros contra riscos é apresentada conforme abaixo:

Riscos cobertos	Cobertura máxima (*)
Equipamentos	100.000
Estoques de etanol em poder da Cooperativa	86.088
Estoques de açúcar em poder da Cooperativa	157.416
D&O	15.000
Responsabilidade Civil Geral	5.000

(*) Correspondente ao valor máximo das coberturas para diversos bens e localidades seguradas. A cobertura máxima é compartilhada entre a Companhia, a Usina São Francisco S.A. e a Usina Uberaba S.A.

30. Avais, fianças e garantias

A Companhia é avalista dos contratos de empréstimos da Usina São Francisco S.A. e Usina Uberaba S.A.

* * *